

Editorial

A Faculdade Santa apresenta sua 16ª edição, reafirmando seu compromisso em compartilhar sua produção acadêmica com a comunidade científica.

Iniciamos a edição com o trabalho *As reformas necessárias na estrutura sindical brasileira*, que pondera sobre a reforma da estrutura sindical que é necessária para que o Brasil ratifique a Convenção nº 87 da OIT, porque a norma internacional estabelece diretrizes fundadas na plena liberdade sindical. Porém, a Proposta de Emenda à Constituição que foi apresentada ao Congresso Nacional não é suficiente para tanto, o que será discutido neste estudo.

A responsabilidade conjunta do devedor trabalhista na falência tem como objetivo o estudo da responsabilidade conjunta no Direito do Trabalho, especialmente no tocante à responsabilidade subsidiária do tomador de serviços terceirizados em caso de falência ou recuperação judicial do prestador de serviços, devedor principal.

O objetivo do artigo *Sistemas críticos, um guia para elicitação de requisitos de software* é apontar o funcionamento de alguns métodos de análise a sistemas críticos e propor um guia denominado G2S, mostrando quais passos se fazem necessários para resolver problemas, bem como introduzir a noção de confiança e a importância das quatro dimensões que alicerçam os sistemas críticos: disponibilidade, confiabilidade, segurança e proteção.

Ética e Responsabilidade Social nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Mogi Guaçu: uma pesquisa de campo é resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Iniciação Científica do curso de Administração, como parte do Programa de Incentivo à Pesquisa e Extensão

(PROINPEX), da Faculdade Santa Lúcia. O objetivo principal foi levantar o perfil dos gestores das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) situadas na cidade de Mogi Guaçu e compreender como esse perfil interfere na cultura organizacional e na visão da empresa sobre ética e responsabilidade social.

Conflito entre princípios processuais e sua incidência no novo Código de Processo Civil faz uma abordagem a respeito da natureza jusnaturalista dos direitos humanos e de sua diferença com os direitos fundamentais. Busca traçar as possibilidades de previsão dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico atual, levando-se em conta a sua inserção no corpo da Constituição como norma constitucional originária e derivada, bem como a possibilidade de previsão em tratados internacionais que versem sobre direitos humanos e que foram incorporados no ordenamento jurídico brasileiro com *status* de norma constitucional.

Mecanismos de prevenção e detecção de fraudes nas empresas do setor de petróleo, gás e biocombustíveis da BMF&BOVESPA investigou os mecanismos para prevenção e detecção de fraudes, os quais são essenciais para as boas práticas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e *Compliance*.

A lei de anistia e a construção do estado democrático de direito analisa a Lei de Anistia de 1979, Lei nº 6.683/79, e a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal sobre sua constitucionalidade, seus efeitos no esclarecimento dos atos praticados pelos agentes públicos, em especial nos casos de tortura, prisões arbitrárias, desaparecimento forçado de pessoas e ocultação de cadáveres, durante o período da ditadura civil-militar nos anos de 1964 a 1985.